

Centro Universitário de Brasília- UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia
Disciplina: Produção de Artigo
Professora Responsável: Ana Flávia Madureira

Aluna: Amanda Duarte Vaz Pinto - 21391029

Pornografia: herança e perpetuação do patriarcado brasileiro

Brasília, 2016

Pornografia: herança e perpetuação do patriarcado brasileiro

RESUMO

Neste artigo teórico são abordadas questões relativas aos modos de construção da masculinidade hegemônica brasileira, enfatizando o legado da família tradicional da época do colonialismo. Seu objetivo, a partir de pesquisa bibliográfica e análises realizadas sobre o tema, é compreender em que medida as mídias pornográficas, enquanto imagens produzidas dentro de um contexto sócio-histórico-cultural particular, atuam como instrumentos na validação, perpetuação e disseminação dos ideais patriarcais heteronormativos na sociedade. Com a revolução digital e a popularização da internet, o acesso a conteúdos pornográficos tornou-se muito mais ordinário, estando presente no cotidiano de muitas pessoas. A importância de se pensar sobre a relação entre pornografia e os fundamentos do que se considera como masculinidade hegemônica, se dá na medida em que a sexualidade e suas concretizações são ainda assuntos delicados e, frequentemente, ficam fora do escopo de discussões acadêmicas. Nesse sentido, o presente artigo aborda as intersecções teóricas entre as artes visuais, a construção de uma identidade masculina heteronormativa e a transmissão de um ideal patriarcal presente na pornografia. Um aprofundamento teórico pode possibilitar que o combate às práticas misóginas e heteronormativas, tão presentes no cotidiano, se convertam em atos práticos no dia-a-dia, atuando como ferramenta para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Patriarcado Heteronormativo; Sexualidade Hegemônica; Imagem; Pornografia

Falar de pornografia implica entrar em território nebuloso e, como tema controverso que é, incita ricos e calorosos debates por parte de vários segmentos da sociedade (como o jurídico, religioso e movimentos feministas). Estes segmentos põem em questão as imagens sociais por ela mediadas baseadas na espetacularização dos corpos e do sexo. Imersa dentro de determinado contexto cultural, reproduz uma realidade social com um repertório próprio de imagens que produzem e reproduzem as “verdades” não só sobre o ato sexual em si, como as representações de corpos, masculinidades e feminilidades, constituindo-se também como importante elemento dentro do atual mercado de consumo (Santana, 2016; Veiga, 2015).

A definição do que é pornográfico já foi proposta por inúmeros estudos. No entanto, não se pode perder de vista que tal definição está condicionada ao seu contexto sócio-histórico-cultural, entremeado pelos valores morais e ideologias de sua época (Guerra, Andrade & Dias, 2004). Para este estudo, será considerado como pornográfico todo conteúdo visual que ponha em evidência os órgãos sexuais e interações sexuais, sejam elas pelo sexo oral, anal ou vaginal.

A partir do surgimento das VHS nos anos 1970, juntamente com o investimento em filmes de longa-metragem, o gênero pornográfico se popularizou e trouxe o germen da produção pornográfica de massa (Santana, 2016). Com as mudanças e consequente ampliação dos mecanismos de circulação de imagens (revolução digital e acesso à internet), a pornografia tornou-se normativa no mundo ocidental¹, com indiscutível influência na cultura brasileira. Exemplo disso é, segundo D’Abreu (2013), o Brasil hoje figurar como o segundo maior produtor de vídeos pornográficos do mundo (ficando atrás apenas dos Estados Unidos) e movimentando o quinto maior mercado consumidor – majoritariamente masculino – com uma média de 53 dólares per capita no ano do estudo. Além disso, a maior feira de produtos eróticos da América Latina acontece na cidade de São Paulo e a empresa brasileira *Frenesi Filmes* está entre as quatro maiores do mundo no ramo de entretenimento adulto (D’Abreu, 2013).

Desde as pinturas rupestres, passando pela invenção da fotografia e depois sua digitalização, as imagens (estáticas ou fílmicas) são uma parte importante da cultura, estando ao redor do ser humano em todos os lugares e momentos (Santaella, 2012). Enquanto dispositivos culturais vão dar direção aos processos de significação das experiências vivenciadas pelos indivíduos e podem ser concebidas como instrumentos psicológicos que canalizam o pensar, sentir e agir das pessoas dentro de uma cultura coletiva (Madureira, 2016).

Este processo de significação pode ser entendido como processo de construção de identidade, que tem estreita ligação ao conjunto de relações que permeiam a vida cotidiana. Portanto, a identidade não é de natureza inata e tampouco uma entidade que rege o comportamento dos indivíduos, mas sim uma forma sócio-histórica de individualidade expressa pelo próprio comportamento, pela ação própria de cada pessoa (Laurenti, 2005). Os processos de construção de identidade são perpassados pela apreensão dos símbolos culturais e de sua socialização. Segundo Martins (2003), a socialização caracteriza-se por ser um processo delimitado em espaço e tempo específicos definidos pelas circunstâncias particulares de cada contexto histórico.

Desse modo, o que entende-se por cultura não é algo que influencia o humano, mas o constitui psicologicamente, marcando de forma aguda o seu desenvolvimento. “Desenvolvimento humano e cultura são, portanto, sistemas mutuamente constitutivos,

¹ Os estudos de D’Abreu (2013) são corroborados e atualizados pelas estatísticas apresentadas pelo instituto *CovenantEyes*. Este instituto apresenta dados atualizados sobre a pornografia em panorama mundial, suas consequências e programas que auxiliam as pessoas a parar de assistir pornografia. Estes dados podem ser acessados pelo endereço eletrônico <<http://www.covenanteyes.com/pornstats/>>.

em que estabilidade e transformação estão em permanente tensão” (Madureira e Branco, 2012, p. 127). Assim sendo, os signos e símbolos culturalmente compartilhados irão delimitar, entre outras coisas, o que é socialmente esperado de homens e mulheres. Esta expectativa social entende o corpo como uma realidade sexuada ancorada em princípios que especificam, delimitam e dividem os corpos sexualizados (Bourdieu, 2005; Madureira, 2016).

Tendo em vista a expressiva presença da mídia pornográfica no cenário nacional, a construção de pontes teóricas entre as artes visuais e a psicologia possibilita uma análise crítica da íntima relação entre as imagens veiculadas pela pornografia – enquanto símbolos culturais impregnadas de signos e significações – e seu papel ativo como componente das construções identitárias dos indivíduos, entendidos como sujeitos eminentemente sociais e relacionais.

O uso de imagens como ferramenta analítica pode trazer significativas contribuições para uma compreensão mais aprofundada acerca dos processos de construção da sexualidade de homens e mulheres no Brasil (Madureira, 2016).

Tendo em conta o lugar que a pornografia ocupa como veículo midiático de massa – influenciando e sendo influenciada pelo público consumidor – as problemáticas que ela suscita no que concerne à difusão de interações sexuais fantasiosas e deturpadas, e os incipientes estudos sobre o tema no Brasil, faz-se de grande valor ampliar estudos acadêmicos sobre o tema. Um aprofundamento teórico pode possibilitar que o combate às práticas misóginas e heteronormativas, tão presentes no cotidiano, se convertam em atos práticos no dia-a-dia. Nesse seguimento, este artigo teórico tem como objetivo explorar de que maneira a pornografia, enquanto veículo mediático, pode reproduzir práticas machistas ancoradas nas noções do patriarcado heteronormativo².

Para tanto, é preciso fazer um breve panorama histórico da construção da sexualidade e das categorias de gênero no Brasil, a fim de melhor compreender as bases que estruturam as representações de gênero negociadas pela pornografia, bem como os desdobramentos que isto acarreta.

A sexualidade no Brasil: uma construção marcada pelo patriarcado heteronormativo

² Sugere-se assistir ao vídeo “Why I Stopped Watching Porn” do canal TEDx Talks como um exemplo das problemáticas aqui levantadas. O vídeo pode ser acessado pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=gRJ_QfP2mhU>

A família tradicional brasileira, desde a sua origem no período colonial, é caracterizada como essencialmente dualista e hierárquica: de um lado o patriarca com sua esposa e filhos legítimos, de outro suas concubinas, amantes e filhos bastardos. A figura do patriarca detinha poder e autoridade quase ilimitados sob todos os membros destes dois lados e também de seus escravos (Parker, 1991).

Esta dinâmica tem sido entendida como o resultado do contexto colonial, no qual havia uma economia dependente da força de trabalho de escravos com nenhum aparato coercivo real por parte do Estado para estabelecer uma ordem social. Esta estrutura hierárquica de dominação e poder foi estabelecida, sobretudo, pelo uso da força e agressão. O uso de violência por parte do patriarca colaborou decisivamente para a distância social entre ele e seus pares, principalmente para distinguir entre as imagens de macho e fêmea, baseada em um princípio de extrema oposição e diferenciação. A força da visão androcêntrica do poder masculino se evidencia pelo fato de não haver a necessidade de justificá-la. Com o poder inteiramente nas mãos dos patriarcas, estas diferenças eram marcadas pelas noções de superioridade, vitalidade, atividade, domínio do espaço público (trabalho, economia, política) e o uso legítimo da força, em relação ao masculino. O feminino, por outro lado, era associado à inferioridade, sujeito à absoluta dominação, “prisão” domiciliar e passividade (Bourdieu, 2005; Madureira, 2010; Parker, 1991).

Esse dualismo perpassava todos os aspectos da vida, inclusive o sexual. Os homens gozavam de uma liberdade quase que absoluta para exercer sua sexualidade dentro e fora do casamento. Já as esposas eram rigorosamente controladas por seus maridos e deveriam estar dispostas ao engajamento sexual sempre que seu esposo desejasse procriar (Parker, 1991).

O estabelecimento dessa “moral dupla” resultou na rígida diferenciação entre homens e mulheres, macho e fêmea, masculinidade e feminilidade. Os homens dominavam individual e coletivamente as mulheres, com privilégios materiais, culturais e simbólicos. Nesta visão de mundo o conjunto social era dividido, então, entre atividades nobres (destinadas aos homens) e atividades de menos valor (destinadas às mulheres) mantida, principalmente, pelo uso de diferentes formas de violência. Esta visão de mundo instituiu o falo como símbolo de poder, usando uma justificativa biológica arbitrária para fundamentar a aparente natural divisão sexual do trabalho e demais atividades da vida (Bourdieu, 2005; Parker, 1991; Welzer-Lang, 2001).

Um fator importante a ser destacado deste padrão de “moral dupla” era a diferença de socialização entre suas filhas e filhos. Enquanto suas filhas eram mantidas sob constante vigilância de adultos e sua liberdade era restringida à casa grande, os filhos tinham iniciação, ainda bem jovens, à vida sexual. Estas experiências precoces, em contraste com rígidas proibições para preservar a virgindade das filhas, eram estimuladas como prova de masculinidade. Os meninos eram, então, versões mais jovens dos patriarcas, que deveriam demonstrar sua masculinidade através da reputação de promíscuos, o que contrastava acentuadamente com a imagem das mulheres (Parker, 1991).

Falar de patriarca é falar, necessariamente, de patriarcado. De acordo com Borges *e col.* (2013), o conceito de patriarcado é entendido como uma categoria específica de determinado período, a saber: os seis ou sete últimos milênios da história da humanidade. Destarte, o patriarcado é ele mesmo a própria sociedade, posto que é identificada, dominada e centrada na primazia masculina. Somando-se a isso está o entendimento da heterossexualidade ser a única opção aceita como saudável e normal de viver e experienciar a sexualidade, tornando-se compulsória a todos os indivíduos. Isto posto, a heterossexualidade vira norma (heteronormatividade) que estrutura e fundamenta toda a dinâmica social (Borges, Perurena, Passamani e Bulsing, 2013).

Dessa maneira, pode-se compreender melhor as bases da configuração atual das relações entre homens e mulheres brasileiros/as sem, no entanto, perder de vista que o presente não é a reprodução constante de estruturas sociais estáticas. “A cultura coletiva é um sistema complexo que, a partir da tensão dialética entre estabilidade e mudança, passa por transformações e traz, também, as marcas do passado” (Madureira, 2010, p. 34).

Entretanto, apesar da evidente ascensão social da mulher e a conquista de direitos igualitários no decorrer dos séculos, nota-se ainda a presença dessas estruturas patriarcais heteronormativas na manutenção das relações entre papéis masculinos e femininos. Sob esse aspecto, vale salientar os mecanismos de estruturação das identidades masculinas hegemônicas (que associado à ideia de ativo, poderoso, dominador, viril) marcadas pela forte oposição à ideia do feminino (associada à passividade, submissão e espaço privado), assim como os meios de socialização dessa masculinidade e suas implicações.

A construção da masculinidade hegemônica: um movimento de negação para a autoafirmação

Tendo em vista os fundamentos do que constitui a identidade masculina no contexto brasileiro, cabe analisar os seus desdobramentos no conceito atual de masculinidade hegemônica e, também, como a divisão entre duas classes distintas (gêneros masculino e feminino) atua como fundadora da dominação masculina baseada nas relações sociais de sexo (Welzer-Lang, 2001).

No começo da vida, de maneira geral, homens e mulheres estão cercados por um mundo essencialmente feminino. Quando os meninos começam a se distanciar desse universo, buscando interações com outros da sua idade, emerge uma forte tendência para viver momentos de homossexualidade, estimulados pelas maratonas de masturbação e excitação sexual em grupo. Há aí uma iniciação mútua tanto no erotismo quanto nas fantasias sexuais compartilhadas (Welzer-Lang, 2001).

A aprendizagem e reprodução dos modelos sexuais dependerá também da participação dos mais velhos, agindo como reguladores e balizadores do acesso à virilidade. Uma vez cumprida a primeira etapa da iniciação sexual, cada menino torna-se, ao mesmo tempo, iniciado e iniciador. Este processo de aprendizagem pela interação com outros homens se opera pela aceitação das regras e leis dos mais experientes, respeitando seus códigos e ritos. Nesses grupos são incorporados signos que demarcam o que é necessário ser e fazer para se tornar um homem. Além disso, os rapazes são constantemente vigiados pelos seus pares de maneira a sempre precisarem reafirmar suas masculinidades heterossexuais, a fim de obterem a aprovação e validação dos outros membros de seu grande grupo. Esta masculinidade hegemônica, na medida em que deve ser provada a todo tempo, torna-se também praticamente irrealizável, exercendo um efeito altamente controlador no processo de constituição das identidades masculinas hegemônicas (Junqueira, 2009; Welzer-Lang, 2001).

De maneira geral, este aprender é perpassado por momentos de sofrimento, uma vez que no seu caminho ao direito de estar entre os homens, há a vivência da violência contra si (suportar a dor física ou psicológica sem lamentações) e uma luta “amigável” contra seus pares (homens) e “os outros” (mulheres e homossexuais). Logo, a educação

dos homens é baseada no mimetismo de violências, pautada pela guerra contra seus próprios corpos e, depois, contra os outros (Welzer-Lang, 2001)³.

Nessa direção, quando os meninos começam a se afastar de seu primeiro universo de referência – essencialmente de cuidados maternos/femininos – a não associação e rejeição a aspectos femininos se torna central no processo de construção da identidade masculina. A relação entre os homens é, assim, marcada pela hierarquização das relações entre homens e mulheres, onde os lugares de atividade são destinados aos homens e os de passividade às mulheres. Nessa lógica, os homens são constantemente reclamados à demonstrar seu poder ativo, a fim de não serem classificados como dominados. Sua virilidade se afirma por meio da violência física, insultos, humilhações e mecanismos psicológicos voltados a reforçar suas identidades sociais masculinas e, principalmente, da sua potência sexual. O ato sexual é concebido como uma forma de dominação e “os rapazes tendem a “compartimentar” a sexualidade, concebida como um ato agressivo, e sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo” (Bourdieu, 2005, p. 30). A relação sexual é uma relação social de dominação e disto decorre a ideia do paradigma naturalista da dominação masculina (Bourdieu, 2005; Welzer-Lang, 2001).

É na linguagem do cotidiano que a reprodução das relações tradicionais de gênero são primeiramente construídas. Segundo Madureira (2010), o conceito de gênero corresponde à uma categoria interdisciplinar que enfatiza a dimensão cultural nos processos de estruturação do tornar-se homem ou mulher. Este conceito é eminentemente relacional e político, articulando-se com as malhas de poder que atravessam as mais diversas instâncias sociais. O caráter naturalista desta distinção baseada nas diferenças físicas do corpo é superado pelos novos significados que o pênis e a vagina assumem dentro de um conjunto particular de valores culturais. Esta reprodução, como visto, implica no uso de violência física, sexual e moral entre homens e mulheres, marcando as relações hierárquicas de poder (Welzer-Lang, 2001; Madureira, 2010).

As imagens, estando presentes no cotidiano, alcançam lugar de relevância como instrumentos na educação mimética das pessoas e na socialização de relações culturais por ela evidenciadas. Como mencionado, faz parte do desenvolvimento da sexualidade

³ Sobre a construção da masculinidade hegemônica no mundo ocidental, seus desdobramentos, consequências e possibilidades, sugere-se assistir ao documentário “The Mask You Live In” como importante complementação dos aspectos abordados neste artigo teórico.

masculina as excitações sexuais coletivas e, muitas vezes, estas excitações acontecem pela pornografia vista em grupo. Partindo do entendimento de que se produz conhecimento sobre tudo o que se vê, cabe analisar o papel desempenhado pela pornografia como veículo socializador das práticas sexuais e suas implicações na disseminação e perpetuação das relações hierárquicas de gênero.

Pornografia: a imagem e sua linguagem

Os processos de significação envolvem toda uma pluralidade dinâmica entre signos verbais e visuais e o papel analítico da imagem ganha destaque pela certa objetividade que traduz seus significados e contextos. Porém, certa objetividade não significa imparcialidade, já que as imagens (estáticas ou fílmicas), como forma de representação dos signos sociais, são orientadas ideológica e politicamente (Madureira, 2016; Santana, 2016).

Nesse seguimento, Loponte (2002) aponta a estreita conexão que há entre visão e poder. As imagens, enquanto práticas discursivas, têm efeitos produtivos sobre os sujeitos. “O ato de ver – que envolve o que selecionamos pra ver e como vemos – produz efeitos sobre os sujeitos, produz relações de poder, muitas vezes, de forma sutil e sedutora” (Loponte, 2002, p. 290). Para a autora, que se baseia em Foucault, o poder está presente em toda parte e sendo as artes visuais um campo de disputas, conflitos, descontinuidades e multiplicidade de discursos, o poder também “tensiona-se” aí.

A sexualidade não é uma questão apenas pessoal e individual. Ela é, acima de tudo, uma questão social e política. Assim, a análise de vídeos pornográficos assume relevância no que diz respeito às relações de gênero que ela media e, conseqüentemente, o papel pedagógico sobre práticas sexuais que ela ocupa.

Historicamente a pornografia tem sido entendida como importante veículo disseminador e perpetuador das desigualdades entre homens e mulheres. De acordo com D’Abreu (2013), a pornografia reafirma a ideia da busca insaciável dos homens por sexo (o que o autor chamou de “urgência biológica) e a pretensa ideia da prontidão feminina ao engajamento sexual com desconhecidos, sendo usadas para satisfazer os desejos masculinos. Somado a isso estão dois fatores que merecem destaque: a ejaculação masculina e a resistência simbólica.

Sobre o primeiro, a sua forma mais usual dentro dos vídeos pornográficos é a chama *money shot* (ejaculação fora da vagina em alguma parte do corpo da outra pessoa

ou para a câmera). D'Abreu (2013), Santana (2016) e Veiga (2015) apontam que, via de regra, o ponto alto das cenas pornográficas é o gozo masculino, tornando-o, juntamente com o pênis, a verdade máxima do prazer sexual dentro deste repertório. Sobre esse fenômeno D'Abreu (2013) dá o nome de “culto ao sêmen”, enquanto confissão máxima da verdade e do sucesso do ato sexual. Nesse entendimento a mulher, apesar de ser o centro corporificado das cenas, não figura como detentora de poder. Seu lugar é destinado à alguém que deve servir, em qualquer circunstância os mandos e desejos de todo e qualquer homem que deseje praticar sexo.

Entende-se por resistência simbólica o ato de negar o sexo, mas comportar-se como se verdadeiramente o quisesse. “Em cenas em que a mulher é submetida a atos sexuais coercivos, ela raramente vocaliza desconforto, mas ao final, responde com aceitação e deleite” (D'Abreu, 2013, p. 593). Estudos mostraram que nas cenas de vídeos e filmes pornográficos que retratam resistência simbólica, há um aumento da aceitação do mito do estupro. Por mito do estupro entende-se como crenças falsas, estereotipadas e preconceituosas sobre as vítimas e agressores. Tais crenças se relacionam ao estereótipos de gênero e à maior tolerância ou aceitação da violência sexual contra mulheres. Estes mitos colaboram para reforçar o paradigma naturalista da dominação masculina, sendo usados para justificar a agressão cometida e culpabilizar a vítima (D'Abreu, 2013; Scarpati, Guerra & Duarte, 2014).

Em Setembro deste ano de 2016 o Instituto de Pesquisa Datafolha divulgou uma pesquisa intitulada “Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais” trazendo dados alarmantes sobre o contexto da violência sexual no Brasil.

A pesquisa revelou que uma grande parcela da população considera as próprias mulheres vítimas de agressão sexual como responsáveis por não se comportarem de acordo com uma “mulher respeitável”. A perpetuação da ideia de controle do comportamento e do corpo das mulheres faz com que a violência sexual possa ser tolerada (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016, p. 8).

Esta grande parcela da população corresponde a 42% dos homens entrevistados que concordam com a ideia de que a culpa por um estupro (ou violação sexual) é menos dos perpetradores do que das vítimas (Fórum de Segurança Pública, 2016). Este pensamento está arraigado no discurso socialmente construído que entende a mulher por dois panoramas basicamente: a mulher correta, que conseqüentemente não dá motivos para investidas não consentidas; e a mulher “provocante”, que instiga os “instintos

naturais” dos homens e que não podem ser culpados ao não conseguirem controlá-los. Isto é um claro exemplo dos estereótipos de gênero agindo diretamente nos corpos das pessoas fazendo o uso da naturalização da dominação masculina para justificar práticas invasivas, violentas e desumanas.

O mito do estupro é um dos legados do patriarcado brasileiro. Portanto, estes fatos salientam de forma contundente o impacto que os discursos veiculados pela pornografia podem ter em seus espectadores. Contudo, outros fatores também agem de forma sutil e eficaz. São fatores que pelo seu teor dúbio, abrem espaços perigosos para a persistência de práticas discriminatórias de gênero.

O paradoxo pornográfico

De maneira geral, como aponta Scott (1989), um dos elementos que constitui o gênero são os símbolos culturalmente disponíveis, que, muitas vezes, evocam representações contraditórias. A autora traz as imagens de Eva e Maria, símbolos da mulher, como exemplos dessa contradição. Se por um lado há o exemplo de pureza a ser seguido, há o pecado original que todas as mulheres carregam, personificados por Maria e Eva, respectivamente (Scott, 1989). E a pornografia, como lugar de apreensão e vivência da sexualidade e questões de gênero, também desde sua origem carrega em si diversas contradições, constituindo assim sua essência paradoxal.

Secularmente a mulher era (e em certa medida ainda é) vista como sem direito ao livre exercício de sua sexualidade. A virgindade das filhas do patriarca era considerada questão de honra para toda a família, sendo zelada e vigiada constantemente. Em contrapartida, estes mesmos patriarcas mantinham relações sexuais fora do casamento. Está aí o cerne do caráter transgressor e também reafirmador da pornografia. É encarnado em uma só figura, em uma só mulher, a possibilidade transgressora do feminino exercer sua sexualidade fora dos padrões patriarcais heteronormativos (amantes e concubinas na época do colonialismo) e, contudo, o desejo e satisfação masculinas serem o foco e objetivos (últimos e primeiros) de extensa parte das cenas pornográficas. A gratificação sexual feminina é ignorada ou relegada ao exagero dos gritos e gemidos emitidos durante o ato sexual (D’Abreu, 2013; Parker, 1991; Santana, 2016).

Outra contradição presente está na tensão entre o prazer e o perigo nos discursos pornográficos. Retomando o papel da violência na constituição subjetiva da

masculinidade hegemônica e como corrobora D'Abreu (2013, p. 593), “atos de violência contra a mulher em cenas e filmes pornográficos configuram mais a regra do que a exceção”, justifica-se a presença do perigo porque comportamentos agressivos e abusivos são fenômenos insistentemente observados nas práticas sexuais; e justifica-se o prazer porque há a promessa em transgredir as restrições impostas à sexualidade feminina (Veiga, 2015).

Bourdieu (2005) também pontua como a vagina é tratada ao mesmo tempo como fetiche, sagrado, segredo e *tabu* e é por estas visões contraditórias que o comércio do sexo ainda é estigmatizado, excluindo a possibilidade de mulheres exercerem sua sexualidade com fins financeiros.

Ao fazer intervir o dinheiro, certo erotismo masculino associa a busca do gozo ao exercício brutal do poder sobre os corpos reduzidos ao estado de objetos e ao sacrilégio que consiste em transgredir a lei segundo a qual o corpo (como o sangue) não pode ser senão doado, em um ato de oferta inteiramente gratuito, que supõe a suspensão da violência (Bourdieu, 2005, p. 26).

Por fim, não encerrando a totalidade de contradições, mas sim as aqui enfatizadas, a pornografia se localiza na margem entre o real e o imaginário, evocando fantasias de práticas sexuais espetaculares e a realidade para permitir a auto-projeção do espectador no material. A linguagem pornográfica, assim como é o lugar de espetacularização do sexo, busca a identificação com o real, principalmente para que o espectador possa se conectar e se identificar com as imagens que vê. (Veiga, 2015). Sendo assim, os limites entre o que se vê (e imagina) e o que se faz, ficam mais difíceis de serem delimitados. Dessa maneira, a contradição entre o desejar e o realizar se instala, haja visto que não é a própria pessoa que ativamente realiza seus desejos e fantasias, mas sim indivíduos encenando “realidades imaginárias”.

De acordo com Guerra, Andrade e Dias (2004), mudanças cognitivas em expectadores que dispendem um tempo considerável assistindo pornografia (seja um tempo acumulado ou um tempo prolongado em uma única sessão) podem ocorrer. Estas mudanças podem afetar as atitudes e comportamentos desses expectadores, pois aqueles temas ou conceitos que foram ativados recentemente – estando mais acessíveis cognitivamente – serão usados para organizar as informações e guiar os julgamentos e ações do indivíduo. Ou seja, se a pornografia consumida é associada à violência e estereotipação de gênero e se essa experiência for prazerosa para o sujeito, ele poderá

basear suas atitudes e comportamentos nos conceitos que foram apreendidos no material observado.

Sob essa perspectiva é aí que se une a força das imagens, do sistema patriarcal heteronormativo, dos mecanismos de socialização da sexualidade masculina e das desigualdades de gênero – todas presentes nos vídeos pornográficos – agindo conjuntamente na persistência de comportamentos preconceituosos e sexistas.

Além disso, há ainda um agravante a mais nessa relação: a revolução digital que possibilitou acessos mais abrangentes e rápidos à todo tipo de conteúdo. Esta pulverização de signos visuais e verbais foi o que permitiu à pornografia ser hoje uma das principais mídias de massa do mundo. E se antes já tinha um alto potencial de manutenção e difusão da ordem patriarcal heteronormativa, agora com a sua existência em qualquer dispositivo que tenha acesso à internet, seu impacto toma outras proporções. O corpo e seus prazeres tornam-se, de uma vez por todas, produtos mercantilizados.

Conclusão

O objetivo deste artigo teórico era abordar as intersecções teóricas entre a construção de uma identidade masculina heteronormativa e a transmissão de um ideal patriarcal presente na pornografia. Para tanto, estabeleceu-se o diálogo com o campo das representações visuais, enquanto categoria imagética que engloba também as mídias de conteúdo pornográfico. Visto que produz-se conhecimento sobre tudo o que se vê, a imagem (estática ou fílmica) deixa sempre uma marca em seu espectador. Esta é uma relação recíproca onde a demanda seleciona as imagens, e estas por sua vez, induzem mais demandas semelhantes.

A vulgarização pela internet do acesso a vídeos e filmes pornográficos trouxe um novo modo de interação à tais conteúdos, bem como uma presença bem mais diluída no cotidiano e vida das pessoas. Tendo em vista que este é um assunto *tabu*, a falta de diálogo franco e honesto entre mães, pais e filhos sobre sexo (suas práticas, possibilidades, responsabilidades e consequências) cria lacunas importantes. E a escola, lugar aonde muitos pais depositam a responsabilidade de “falar sobre sexo”, tão pouco proporciona espaços de diálogos que vão além de uma abordagem biológica superficial do tema. Estes hiatos, inevitavelmente, serão preenchidos pelas informações sobre sexo/sexualidade em outros lugares/dispositivos, tais como a pornografia, por exemplo.

Como visto, a pornografia é um mercado largamente consumido no mundo e no Brasil e que, claramente, reproduzem práticas machistas e, muitas vezes, violentas.

Nessa acepção, o aprofundamento teórico no histórico de construção da sexualidade masculina hegemônica é importante para lançar um olhar mais detalhado para as problemáticas presentes nas atuais discussões sobre pornografia. Trazer à tona questionamentos e novos modos de entendimento para os processos que seguem propagando as desigualdades de gênero tem grande valor no sentido de poder criar mais possibilidades de libertação dos padrões patriarcais heteronormativos tão limitantes.

A psicologia, enquanto campo do saber investido na construção de uma sociedade igualitária, não pode seguir ignorando este tema. Os atuais e futuros psicólogos precisam despir-se de seus *tabus* e falar aberta e lucidamente sobre os possíveis impactos da indústria pornográfica na juventude e, mais do que isso, o que fazer para auxiliar no caminho (muitas vezes difícil e tortuoso) ao alcance de relações mais saudáveis e benéficas entre os seres humanos.

Nesse sentido, o presente artigo trouxe como contribuições a possibilidade de se debruçar um olhar mais atento para os fundamentos da construção da masculinidade hegemônica brasileira, suas atuais configurações e como isto está presente nos discursos pornográficos. Mesmo sabendo que o presente não é uma representação fiel do passado, é importante olhar para trás para poder entendê-lo melhor. Este movimento aumenta a possibilidade de se apropriar com mais firmeza e segurança daquilo que se deseja mudar.

Certamente os aspectos aqui abordados não cobrem todo o nebuloso território da pornografia, sendo necessários mais estudos empíricos e teóricos sobre o tema, para que cada vez mais sejam postas novas possibilidades de ser e estar no mundo. Assim sendo, sugere-se pesquisas empíricas tanto qualitativas, quanto quantitativas para alargar a compreensão teórica, ainda tão incipiente, sobre este aspecto tão central na vida das pessoas: a sexualidade.

Referências Bibliográficas

- Borges, Z. N., Perurena, F. C., Passamani, G. R., & Bulsing, M. (2013). *Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas*. *Latitude*, 7(1).
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- D'Abreu, L. C. F. (2013). *Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres*. *Revista Psicologia & Sociedade*, 25(3), 592-601.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública, (2016). *Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais*. Retirado de <<http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/percepcao-violencia-mulheres-b.pdf>> .
- Guerra, V. M., Andrade, F. C. B. D., & Dias, M. R. (2004). *Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos*. *Estudos em psicologia*, 9(2), 269-277.
- Junqueira, R. D. (2009). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (Vol. 32). Secad/MEC.
- Laurenti, C., & Barros, M. N. F. D. (2000). *Identidade: questões conceituais e contextuais*. *Revista de Psicologia Social*, 2(1).
- Loponte, L. G. (2002). *Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino*. *Estudos feministas*, 283-300.
- Madureira, A. F. A. (2010). *Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito*. Em A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Brasília: Tecnopolik.
- Madureira, A. F. A. (2012). *As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola*. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. (2016). *Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as imagens enquanto artefatos culturais*. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Artes e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.
- Martins, S. T. F. (2003). *Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró*. *Psicologia & Sociedade*, 15(1), 201-217.
- Parker, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Editora Best Seller.
- Santaella, L. (2012). *Leitura de imagens*. São Paulo: Editora Melhoramentos.
- Santana, C. M. (2016). *Da pornografia à pornoteoria: desafios e reimaginações feministas* (Dissertação de mestrado). Retirado de <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/20009>>

- Scarpatti, A. S., Guerra, V. M., & Duarte, C. N. B. (2014). *Adaptação da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro: evidências de validade*. *Avaliação Psicológica*, 13(1), 57-65.
- Scott, J. (1989). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Texto original: *Joan–Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. Nota das tradutoras: A divulgação desta produção foi devidamente autorizada pela autora.
- Veiga, M. J. A. (2015). *Etnografia do Pornhub: uma análise sobre representações de gênero na pornografia* (Monografia). Retirado de <http://bdm.unb.br/handle/10483/10378>
- Weltzer-Lang, D. (2001). *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*. *Rev. Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.